Curso de Introdução de Arquivologia

Pensar em reorganizar um curso de Arquivologia exige, antes de tudo, um esforço voltado para a grade curricular do Curso Ciência da Informação, vigente na FFCLRP desde 2004. Por quê?

A disciplina optativa foi vinculada ao programa em 2009, e não excluiu a optativa Arquivo e Memória, ministrada anteriormente.

A proposta da criação da optativa como “introdução” das noções que são necessárias para a elaboração do conceito de Arquivo e partes da sentença muito presente no ensino da CI (o arquivo e a relação com a ciência da informação) não são suficientes para a formação do graduando.

Noções. “Cícero (Topica, VII, 31) introduziu o vocábulo notio (=noção) para traduzir os termos gregos ...e... Ambos significam “pensamento”, “ideia”, “imagem no espírito”, “desígnio”; mas, enquanto...foi empregado por muitos autores gregos com o significado de uma “idéia’ (em geral), ...foi empregado pelos estoicos e epicuristas com o significado de uma “idéia” ou “imagem” antecipada que se forma de um objeto no espírito. Por esse motivo, traduziu-se ....por “antecipação”. No sentido de “pensamento”, “idéia”, “conceito” e outros vocábulos análogos, o termo “noção” foi, e continua sendo, empregado de um modo muito geral: chama-se “noção” à ideia ou conceito que se tem de algo e, mais especificamente, a uma ideia ou conceito que se tem de algo e, mais especificamente, a uma ideia ou conceito suficientemente básico.” Mora, José Ferrater. Dicionário de Filosofia, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

Noções, portanto, não se caracteriza como formação profunda, mas não deixa de ser fundamental para estimular o conhecimento da área em questão. Falamos que ‘noções comuns” ou “princípios”.

A rigor, as profissões na área da informação compreendem o Arquivo com forte correspondência com a área. O arquivo foi pensado como instituição, como situação, como local e como atitude “de arquivar”. A palavra “arquivo” estendeu-se até mesmo para o campo das metáforas das relações sociais, para expressar a violência popular como extensão nas ações criminosas, na “eliminação” de testemunhas de crime ou das situações policiais envolvendo criminosos ou revolucionários – “queima de arquivo”.

A palavra Arquivo ainda é pejorativa quando usada quando se quer denominar um pessoa com memória espetacular - “ela é um arquivo” - ou expressar a ordem comum de papéis ou de alguns móveis.

Na imaterialidade da informação Arquivo tomou o sentido da “alma” computacional, isto é, sem o arquivo não há retenção (armazenamento) da informação. Não há sentido em manter-se um hardware sem a memória de arquivo.

Se pedirmos para qualquer pessoa imaginar uma figura de arquivo não há menor chance de uma explicação verbal ou em desenho de uma esfera para identificar o objeto para agrupar, guardar e acessar documentos velhos ou novos. A imagem da caixa sempre é a mais insistente na estrutura desse objeto. Ninguém pensaria um arquivo oval, redondo ou em forma triangular. A *Caixa* possui ângulos retos, dobráveis e são perfeitamente conclusos por linhas retas.

Arquivo tem uma longa história. Ou melhor, a história tem arquivos, com a História se organiza arquivos, ou ainda os arquivos estão na história ou são da história. Mas a História utiliza documentos e por isso, são de forma universal, organizados (ou não) em arquivos.

No cinema, da conspiração ao gênero policial, a presença do Arquivo compõe cenas de suspense e revelação e, para um encantamento da plateia, não há nada mais frustrante do que uma gaveta sob a luz indireta mas vazia!

**O que é documento de arquivo?**

Este significante documento não pertence, não está lá e, portanto, não pode se constituir em pista do mistério. Mas como em Cartas de **Iwo Jima**, uma vez enterradas, puderam manter um elo com o passado. O documento é aquilo que podemos estabelecer com o passado.

“mas é um link que estabelecemos com o passado e, da mesma forma que foi considerado fundamental nos últimos dois séculos, pode, no futuro, voltar a ser um perdido maço de papéis velhos na Torre do Tombo”. (Pinsky & Luca, 2012 p. 13)

Então temos outros problemas além da proveniência o problema da reprodução material e geração imaterial do documento. De quem é o documentos? A quem pertence a memória coletiva?

Documentos, edificações, bairros, formas de religiosidade são arquivados? Será necessário distinguir conceitos para que haja uma seleção do que se denominam **documentos**. Patrimônio Cultural é o que se define por bens oficialmente protegidos tangíveis ou intangíveis (Arantes, 2008 p. 1 apud Martins, in Pinsky & Luca, 2012 p. 280) . Desta forma, um arquivo pode ser um bem tombado e patrimonial.

Frente a esta definição tem-se compreendido o Arquivo como instituição muito além do local, do endereço, do sujeito ou objeto que possa significar.

**Estrutura de Arquivo**

Conceito de estrutura.

“As estruturas sociais como sistemas de classes, a família ou a economia são construídas a partir de interações sociais que resistem e se alteram com o passar do tempo.” Giddens & Sutton. Conceitos essenciais da Sociologia. São Paulo, Editora da Unesp. 2015)

Ora o que é o arquivo senão uma extensão da representação documental de uma sociedade? Acontece que estamos acostumados a verificar o Arquivo do ponto de vista do historiador e não das ciências sociais.

Definimos o arquivo do ponto de vista da História

O que contem um Arquivo? Estas filiações, onde a disposição vertiginosa das estantes em fileiras ilustra a literatura e reside no imaginário mais sombrio e Kafkaniano, aprisiona a mente e em repulsa, pois se trata de uma ordem infinita, a qual a procedemos com desprezo o que foi expurgado na produção burocrática, cultural ou científica. As propostas virtuais são ferramentas eletrônicas para a conquista definitiva da eliminação dos acumulados papéis, de forma gradativa ou inevitável do ponto de vista digital, embora a conjugada relação do mundo, virtual e impresso, não consiga poupar a fabricação do papel da celulose.

O vazio de um papel serve ao artista, cuja imensidão branca projeta a mente e a mão para definir (ou indefinir) o espaço. Outro vazio que pode ser visto e não preenchido se dá com documentos sem que estejam presentes nas relações cognitivas da sua leitura complexa, indecifrável ou adulterada. Sem que as pistas sejam reconstruídas para que outras interesses possam ser configurados, representados, interpretados, recriados, construídos ou destruídos.

O Documento é interpretação ou representação do real?

Definição de Arquivo

É bastante usual definir Arquivo como um conjunto de documentos produzidos e acumulados. Para os arquivistas e historiadores também é usual indagar quando, onde e por quem e ainda, para que um arquivo existe? Desta forma, será importante apontar para: quais documentos foram acumulados e em qual atividade foram agrupados e custodiados? Tais questões elementares ainda são fundamentais para o domínio institucional do Arquivo. Aquele que é o espelho da memória humana é confiável?

A instituição acumuladora varia quanto ao grau de interesse social, público ou privado, pessoa ou família ou ao registro de suas atividades profissionais ou interesses subjetivos que se muitas vezes mesclam-se durante a extração das significações e relações pre-existentes no potencial documento. São o que os autores retomam o conceito de Benjamin de “aura”, “identificava para a arte” (Pinsky & Luca, 2012 p. 23). Dentro da unicidade e autenticidade esse conceito faz sentido e distanciam-se as prerrogativas do documento estéril porque o documento histórico se constituiu como fonte esgotável em seu tempo, mas nada relativizado para outros tempos futuros. Então, acumular, guardar e recuperar tornaram-se ferramentas de memória. Este espaço mental de elaboração de imagens, palavras, textos, cores, sons, movimentos, situações inesperadas, fantasiosos, recriadas, mutantes e algumas vezes finalizadas quando submetidas aos valores.

Desta forma, por herança lusitana, aparece a palavra Tombar. Tombar não é derrubar é registro documental. Tomba-se porque se preserva o valor histórico d e um bem de significação coletiva. Será bom lembrar que estes “patrimônios”, conceito que no Brasil refere-se à proteção do patrimônio cultural denominado “patrimônio artístico nacional”, e é regulamentado pelo decreto-lei no 25/32 da Constituição Brasileira, que disciplina o instituto do tombamento, “ o processo relacionado aos bens, os efeitos jurídicos produzidos e sanções advindas da não-observância das restrições que recaem sobre o bem tombado” (Fernandes da Silva). Entende-se por patrimônio aquilo que é socialmente adquirido, por extensão histórica ou cultural e tombamento, o instituto jurídico “pelo qual se faz a proteção do patrimônio histórico ou artístico que se efetiva quando o bem é inscrito no livro de tombo” (Decreto-lei n. 25/37).

Importante dizer que “Tombar” é inscrever um bem em um livro, que se denominou por convenção linguística, de Livro do Tombo. Registrar, inventariar, cadastrar e disponibilizar a informação no sentido da educação e expansão cultural . Tombar ainda é a operação material da inscrição de bem, móvel ou imóvel, no livro de respetivos registros. Mas tombar também é o ato administrativo que concretiza a determinação de um órgão que autoriza, em nome do poder público e representativo, que o bem cultural deverá ser preservado.

O registro se faz no Livro de Tombo e determina-se uma diretriz de conservação estabelecida pelo órgão responsável pelo tombamento. Arquivo, para ser estudado é uma instituição ou serviço, que te por finalidade a custódia ou processamento técnico, a conservação e acesso a documentos. (Bellotto...) Portanto, é do ponto de vista da racionalização e, por isso do ponto de vista metodológico, que o aspecto da “ordem”, da organização, da classificação e o acesso Para o dicionário de Terminologia Arquivística (...) no verbete Arquivo definiu-se como um conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

Há uma observação pertinente para se realizar ao enunciar a familiaridade do Arquivo com a organização social

**PROGRAMA DISCIPLINA 2013 OPTATIVA INTRODUÇÃO À ARQUIVOLOGIA**

**PROF. Silvia Maria do Espírito Santo**

**CID-DEDIC – 2. Semestre**

Programa Resumido

As afirmações produzidas e discussões sobre a Ciência da Informação, como definição de ciência e prática, indicam a sua episteme, na ordem do saber, conhecimento e habilidades abrangentes na área. As abordagens sobre documentação e informação referem-se aos conceitos destinados (endereçados) à informação registrada, sempre em suportes distintos, ou à informação concebida nas áreas e campos distintos de trabalho (Arquivos, Bibliotecas , Museus e Centros de Documentação).

Programa

1. Institucionalização do Arquivo: suas origens e história.

Agosto 2-9

1. O arquivo como lugar da memória.

Agosto 16-23

1. Princípios arquivísticos: fundo, organicidade, proveniência e idades.

Agosto 30

Setembro 6-13

1. Tipos de arquivo: correntes, intermediários e permanentes.

Setembro 20-27

1. Tratamento documental: arranjo, classificação, descrição e instrumentos de pesquisa.

0utubro 04- 11 – Excursão Didática

**Avaliação – trabalho a partir de uma experiência**

**Método**

Aulas expositivas.

Discussão de leituras em sala de aula.

Visitas a arquivos.

Critério

Trabalho e avaliação em debates em sala de aula

Norma de Recuperação

Apresentação de trabalho e/ou realização de prova escrita pelos alunos regimentalmente habilitados e segundo prazos fixados pelo calendário escolar

**Bibliografia**

BASSANEZI, B. (et.all). Roteiro de fontes sobre a imigração em São

Paulo 1850-1950. São Paulo: Edit. Unesp, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 1) 43p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). Diagnóstico dos arquivos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Departamento de História da FFLCH-USP, Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH), 1996.

DE FILIPPI, Patrícia, LIMA, Solange Ferraz de, CARVALHO, Vânia Carneiro de. Como tratar coleções de fotografias. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. (Como fazer, 4)

FALBEL, Nachman (org.). Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: inventário dos fundos das entidades beneficentes. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 1999.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 38p. (Como fazer, 2)

GOULART, Silvana. Patrimônio documental e história institucional. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 3) 39p.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002

MACHADO, Helena Corrêa, CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Como implantar arquivos públicos municipais. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. 87p.(Como fazer, 3)

MENDOZA NAVARRO, Aída Luz. Apuntes para el estudio de la selección documental. Lima: Biblioteca Nacional del Peru, 1997. 218p.

RAMOS, C. Da Silva, Visualização cartográfica e cartografia multimídia. Conceitos e tecnologias. São Paulo:Edit. Unesp., 2005.

ROBREDO, J. Documentação de hoje e de Amanhã. Edição do do autor. Brasília, 2005

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. As bases do processo classificatório em Arquivística. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 2) 23p.

TESSITORE, Viviane. Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 4)